

Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

Regime de incompatibilidades e acumulações dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, e Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro.

Regras e princípios gerais em matéria de duração e horário do trabalho na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, Decreto-Lei n.º 324/99, de 18 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto.

Definição e regulamentação da protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar — Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, e Declaração de Rectificação n.º 11-G/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, de 30 de Setembro de 2003.

Regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais — Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.

Lei de enquadramento orçamental — Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto.

Normas de execução do Orçamento do Estado para o ano de 2003 — Decreto-Lei n.º 54/2003, de 28 de Março.

Bases da Contabilidade Pública — Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro.

Regime de administração financeira do Estado — Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio, e pelo artigo 7.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março.

Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POCP — Educação) — Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

Classificador económico das receitas e despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Regime de realização de despesas públicas ou locação e aquisição de bens e serviços — Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Regras específicas para a locação ou aquisição de bens ou serviços de informática — Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho.

Regime jurídico das empreitadas de obras públicas — Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro.

Cadastro e inventário dos bens do Estado — Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acesso aos documentos administrativos — Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, e pela Lei n.º 94/99, de 16 de Julho.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Despacho n.º 22 963/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da delegação de competências do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), ponto 1, alínea i), n.º 1, autorizo a equiparação a bolseiro fora do País, no período de 7 a 11 de Novembro de 2005, do Doutor Henrique Fernandes Rodrigues, professor-adjunto do quadro da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico.

7 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 22 964/2005 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, foram autorizadas as renovações dos contratos para a Escola Superior Agrária deste Instituto dos seguintes docentes:

Mestre Sandra Cristina Gonçalves da Silva — como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, por um ano, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2005 e até 3 de Outubro de 2006.

Licenciado Joaquim Orlando Lima Cerqueira — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, por um ano, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2005 e até 3 de Outubro de 2006.

Licenciado Manuel José Costa de Carvalho e Sousa — como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, por um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005 e até 30 de Setembro de 2006.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 22 965/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Abril de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Licenciada Glória Bernardete Lajoso de Carvalho — autorizada a contratação como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação, 40%, para a Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Maio e até 31 de Julho de 2005. Vencimento ilíquido de € 403,27. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 22 966/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 de Janeiro de 2005 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, foram autorizadas as contratações como equiparados a assistentes do 1.º triénio para a Escola Superior de Educação deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, dos seguintes docentes:

Licenciado João José Rodrigues Pereira — em regime de acumulação, 50%, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2004 e até 28 de Fevereiro de 2005. Vencimento ilíquido de € 504,09.

Licenciado João José Rodrigues Pereira — em regime de acumulação, 13,3%, com efeitos a partir de 1 de Março e até 31 de Julho de 2005. Vencimento ilíquido de € 134,09.

Licenciada Paula Cristina de Almeida Rego — em regime de acumulação, 20%, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004 e até 31 de Julho de 2005. Vencimento ilíquido de € 201,64.

Mestre Kristin Anne Steege Campainha — em regime de tempo parcial, 30%, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2004 e até 31 de Agosto de 2005. Vencimento ilíquido de € 302,46.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

CENTRO HOSPITALAR DO BARLAVENTO ALGARVIO, S. A.

Deliberação n.º 1442/2005. — Por deliberação de 6 de Outubro de 2005 do conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, S. A.:

Maria Eugénia Gonçalves Rodrigues Bonina e João Carlos Batista Farrabraz, técnicos especialistas de farmácia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos especialistas de 1.ª classe do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Lagos, aprovado pela Portaria n.º 299/93, de 16 de Março, ficando exonerados dos lugares que ocupam à data da aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Tiago Botelho Martins da Silva*.

HOSPITAL GERAL DE SANTO ANTÓNIO, S. A.

Despacho (extracto) n.º 22 967/2005 (2.ª série). — Por despachos da administradora executiva de 30 de Setembro de 2005 para produzirem efeitos a 1 de Outubro do corrente ano:

Henrique Luís Lopes Ferreira Reguengo da Luz e Maria Luís Araújo Queiroz — nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores de saúde assessores, ramo de laboratório, escalão 1, índice 160.

19 de Outubro de 2005. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

HOSPITAL INFANTE D. PEDRO, S. A.

Despacho n.º 22 968/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração deste Hospital de 28 de Setembro de 2005:

Teresa Alexandra Felício Videira, assistente administrativa — concedida licença sem vencimento por 90 dias, ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, a partir de 10 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2005. — O Director do SGRH, *Jorge Teixeira*.